

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS**

Vinicius Antonucci de Oliveira

**A política de desenvolvimento do Brasil e a sua posição no sistema internacional: uma
análise a partir de sua inserção mundial nas décadas 1970-1990.**

Osasco

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS

Curso Relações Internacionais

Vinicius Antonucci de Oliveira

A política de desenvolvimento do Brasil e a sua posição no sistema internacional: uma análise a partir de sua inserção mundial nas décadas 1970-1990.

Orientador: Fábio Barbosa dos Santos

Osasco

2023

Vinicius Antonucci de Oliveira

A política de desenvolvimento do Brasil e a sua posição no sistema internacional: uma análise a partir de sua inserção mundial nas décadas 1970-1990.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de São Paulo como
requisito parcial para obtenção do grau em Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador: Fábio Barbosa dos Santos

Osasco

2023

RESUMO

Neste artigo, busca-se investigar e caracterizar o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil e a sua importância para uma relativa melhora das condições de vida de sua população. Ganharão destaque as estratégias para a superação do subdesenvolvimento e como sua interrupção está atrelada ao interesse de agentes externos, com cumplicidade por parte da elite local. Para isso, será analisado o surgimento e avanço do neoliberalismo e como sua lógica alterou as margens de manobras que visavam o favorecimento da classe trabalhadora e, por conseguinte, um desenvolvimento nacional capaz de atender e superar as contradições de um país que desde início seria integrado ao sistema internacional de forma dependente e subalterna. Terá destaque a mudança na condução das políticas econômicas, de forma material e subjetiva, dificultando uma possível reversão do cenário macroeconômico.

Palavras-chaves: desenvolvimentismo, industrialização, neoliberalismo, desenvolvimento econômico, inserção internacional.

INTRODUÇÃO

Uma das grandes áreas da ciência econômica, trata-se da abordagem técnico teórica do desenvolvimento, abrangendo o conceito em sua multidimensionalidade,- desenvolvimento como um processo amplo e gerador de grandes transformações sociais, econômicos e estruturais -, para além de uma acumulação e alocação do capital e que se dá por duas grandes razões: histórica e material. Histórica porque o conceito de desenvolvimento sempre esteve presente na trajetória do Brasil como um grande desafio a ser superado, especialmente por causa de sua formação e introdução ao sistema internacional; material porque além de se tornar um campo de estudo específico de análise dos processos de reprodução e transformações sociais dos países em desenvolvimento, é nela que se determina a estrutura política, econômica e social advindas do modo da produção dos meios de subsistência e distribuição de recursos.

O período de investigação para analisar o desenvolvimento brasileiro se delimita entre as décadas de 1970 e 1990, um capítulo caracterizado por notáveis transformações e a eventual reorientação dos interesses político-econômicos concernentes à promoção deliberada e inequívoca do desenvolvimento. Esta política, engendrada e executada com propósitos deliberados pelo Estado nacional para ampliar a capacidade industrial, seria substituída pela aplicação de políticas ortodoxas neoliberais regidas pelos interesses de agentes privados do mercado nacional e internacional. Essa mudança, a partir de 1971, tomaria contornos indiscriminados devido ao fim da convertibilidade do dólar em ouro, transformando a moeda americana em um meio fiduciário. Esse marco histórico inauguraria o sistema de câmbio flutuante para a maioria das outras moedas do mundo, impulsionando, assim, o processo de financeirização do capitalismo.

O novo consenso econômico que se formou nesse contexto, impactaria o Brasil e as suas orientações desenvolvimentistas, interrompendo uma orientação que, mal ou bem, se manteve desde de 1930. Nos estágios finais de sua aplicação, a política que proporcionou um considerável avanço industrial ao país, mostraria sua idiossincrasia diante do modelo autoritário e pró-classista da ditadura militar brasileira. A disparada na desigualdade social, associada com o recrudescimento social do Estado e a abertura econômica da década de 90, completariam a dinâmica da inserção da economia brasileira no sistema internacional de forma periférica e dependente. Os espaços de manobras que antes eram maiores e capacitaram relativo avanço econômico para o país, restringir-se-iam ainda mais diante do modelo neoliberal, o qual promovera elevação da exploração da força de trabalho, incentivada pelo esgotamento do setor industrial.

Neste artigo serão abordados os pormenores históricos e materiais que moldaram a nossa economia e que influenciam diretamente a situação econômica do país contemporaneamente. Para isso, será feita uma primeira análise das decisões políticas para as estratégias de desenvolvimento econômico. Na sequência, uma síntese da história da industrialização brasileira e os primeiros sinais do descompasso com a ideia do desenvolvimento social, e nas três últimas sessões observamos os aparatos ideológicos desenvolvidos com o intuito de manter a hegemonia neoliberal como melhor e única forma de organização econômica-social e o impacto perante a classe trabalhadora, especialmente em um país do Sul global.

1. A ERA DO DESENVOLVIMENTISMO: ESTRATÉGIAS PARA A SUPERAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO

No decorrer do século XIX, o Brasil se inseriu na divisão internacional do trabalho, definida pela hegemonia britânica, como uma nação periférica, primário-exportadora, altamente dependente dos ciclos de demanda por commodity, especialmente o café, no comércio internacional. Com o fim da era liberal, após a crise de 1929 e a ocorrência das duas grandes guerras mundiais, o país seguiu a tendência mundial e aprofundou políticas econômicas desenvolvimentistas, que tinha como objetivo superar os obstáculos do subdesenvolvimento e, em linhas gerais, aumentar e diversificar sua capacidade produtiva, desenvolvendo uma maior complexidade econômica e tecnológica capaz de render ao país melhores índices sociais e maior independência econômica frente ao mercado internacional (BASTOS e D'AVILA, 2009; BASTOS e OLIVEIRA, 2021).

Durante esse período, as ideias econômicas de John Maynard Keynes revolucionaram a macroeconomia e influenciaram novas decisões políticas-econômicas que foram adotadas por grande parte dos países ocidentais. Essas ideias representaram uma ruptura com o arcabouço econômico neoclássico pregado até então, pois tinha o intervencionismo estatal como indispensável para a garantia de uma taxa de desemprego baixa, opondo-se aos princípios econômicos de livre mercado, em que o equilíbrio de alocações de recursos se deva pela livre e racional vontade dos agentes econômicos. Com essa nova perspectiva econômica e a grande instabilidade no mercado internacional, os países buscaram se fortalecer através do crescimento econômico orientado e com capacidade de mobilização nacional (FONSECA, 2015; MEDEIROS, 2010).

Concomitantemente, a Teoria do Desenvolvimento¹ surge como subárea de estudos econômicos durante as décadas de 1940 e 1950, a fim de entender como países da Ásia, América latina e África poderiam superar seus obstáculos, ou seja, passar por um processo de “catch up”². Apesar de não possuir os mesmos fundamentos teóricos que a teoria de Keynes, as teorias ligam-se fundamentalmente pela origem sociopolítica da época, com os países periféricos implementando políticas desenvolvimentistas dentro da luta por supremacia política-ideológica entre Estados Unidos e União Soviética. Por isso, até 1970, pode se afirmar que havia um consenso da necessidade de adoção de políticas desenvolvimentistas, seja pelos próprios Estados ou por órgãos internacionais como a ONU, exemplificado pela criação da CEPAL em 1948 (MEDEIROS, 2010; BERTONCELO, 2011).

É durante esse estágio que a maioria dos países definiram suas estratégias de crescimento econômico com foco no desenvolvimento industrial, centrado nos setores de metalmeccânica, automotivo e a indústria petroquímica – setores capazes de produzir maiores níveis de poupança nacional, ao contrário do setor agrário, por exemplo. Enquanto nos países desenvolvidos, respaldados pela teoria keynesiana, havia uma política de expansão fiscal, com altos investimentos públicos em infraestrutura e ampliação da proteção social, fazendo frente ao avanço do socialismo da URSS – medidas que moldaram o Estado de Bem-Estar. Nos países subdesenvolvidos, amparados pelo sucesso, até então, da economia planejada soviética, a Teoria do Desenvolvimento³ daria sustentação ao modelo econômico centralmente planejado e mais intervencionista (MEDEIROS, 2010).

Os países em desenvolvimento, destacadamente, na América-Latina e Ásia, consolidaram o desenvolvimentismo como modelo econômico e promoveram reformas estruturais em suas economias. O principal ponto era providenciar uma industrialização rápida, capaz de gerar impactos positivos em toda economia, diminuindo a distância de padrões tecnológicos, em relação aos países já industrializados, e diversificar as bases de produção. Com isso, os países, inicialmente, adotaram a estratégia de substituição de

¹A Teoria tinha como objetivo analisar o subdesenvolvimento, o qual se configurava com a existência de uma estrutura heterogênea: a existência de setores mais modernos e produtivos, correlacionados com setores de baixa produtividade e pouca dinâmica econômica. Segundo Bastos e Salles (2014, p. 243) “Essa dualidade estrutural básica caracterizar-se-ia pela existência de um excedente estrutural de mão-de-obra, ou seja, um contingente populacional ocupado em atividades de baixíssima produtividade que uma vez deslocado para o setor industrial causaria um crescimento na produtividade agregada da economia”.

²Processo acelerado de desenvolvimento da renda, da capacidade produtiva, conhecimento e geração de tecnologia endógena.

³Um dos principais fundamentos da teoria é que há uma oferta ilimitada de mão de obra, principalmente, nos países periféricos. Ao contrário da teoria de Keynes, a qual trabalhava com oferta limitada, nos países centrais. Um dos principais textos que fundamenta a teoria é de Arthur Lewis, 1954 “O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra”.

importações e abertura seletiva, ao passo que a maior ou menor ênfase nas exportações industriais variou de acordo com circunstâncias específicas. Importante destacar que quando falamos de desenvolvimentismo, referimos a um conjunto comum de medidas intervencionistas, amparado por um projeto nacional com o objetivo de acelerar a industrialização, seguindo a definição proposta por Fonseca (2015).

Entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. (FONSECA, 2015, p. 40)

Apesar de adotarem o mesmo conjunto macroeconômico, em que a política fiscal, cambial e monetária estavam subordinadas aos objetivos da industrialização, as distintas características de cada país resultaram em diferentes padrões de crescimento. Além de fatores econômicos centrais, como: disponibilidade de recursos naturais, distribuição de renda, posição geopolítica e disponibilidade de terra, a ocorrência de reformas agrárias se mostrou determinante para o atingimento do grau de sucesso das políticas industrializantes. Países como Brasil, Índia e Indonésia, em que a agricultura de alimentos era mais atrasada, as oligarquias tradicionais tinham maior poder político e não promoveram reformas agrárias, o padrão de crescimento se mostrou mais desigual, elevando a marginalização social. Enquanto, onde houve reforma agrária e modernização simultânea da agricultura, como na Coreia e Taiwan, a polarização social mostrou-se menor (MEDEIROS, 2010; BASTOS e OLIVEIRA, 2021).

Entretanto, é correto afirmar que, independentemente do nível de sucesso alcançado, os países que implementaram o modelo de desenvolvimentismo conseguiram abranger uma base industrial que os possibilitaram a experimentar altos níveis de crescimento econômico, diversificar seus setores produtivos e promover grandes transformações sociais. Os países mais exitosos como Brasil e Coreia viram suas políticas intervencionistas, sobre alocação de investimentos e a criação de empresas estatais, darem resultado. Estratégias essas que culminaram com crescimento da renda per capita acima da média mundial, devido ao crescimento do produto industrial e ao deslocamento do trabalho excedente na agricultura para as atividades urbanas lideradas pela indústria e o setor de serviços (Medeiros, 2010).

Esse ambiente mundial, economicamente e ideologicamente, favorável a políticas desenvolvimentistas, com forte atuação do Estado, durará até 1970. A partir dessa década, as políticas voltadas para a industrialização começam a ser questionadas e o cenário internacional, novamente, fica adverso devido ao impacto do aumento de preços do petróleo,

em 1973. O Brasil, que durante esse período possuía altas expressivas do seu produto interno bruto (PIB), reforçaria sua industrialização com o lançamento do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) em 1971, e o aprofundaria com o II PND, em 1975. Tal estratégia contrariava a tendência já iniciadas por países como Chile e Argentina, que implementaram políticas neoliberais entre 1973-1979 e 1976 e 1979, respectivamente (BRUHN et al, 2021; GIAMBIAGI et al, 2011; CANO, 2002).

1.1 “MILAGRE ECONÔMICO” E A CONCENTRAÇÃO DE RENDA

Importante destacarmos, em uma breve síntese, o período que corresponde entre 1967-1980, pois não só registrou as maiores taxas de crescimento do país, seguindo os objetivos macroeconômicos, como fundamentou as bases para a estruturação da elevada desigualdade social do país, registradas até hoje. A combinação de elevadas taxas de crescimento e a alta da concentração de renda, podem ser explicadas pela subestimação da Teoria do Desenvolvimento ao confiar no processo de industrialização como solução automática para os problemas sociais, bem como por fatores político-sociais que foram desconfigurados pela instauração da ditadura militar. Cano, sintetizando o período, o define como “em tentar dar tudo ao capital e pouco ao trabalho” (CANO, 2000, p. 192).

Apesar do crescimento médio de 9,8% do PIB entre 1968 e 1980, o que se destaca é alta da concentração de renda – a qual já registrava expressivo aumento no período de 1960 a 1970⁴ –, e o aumento da repressão do regime militar a movimentos sociais, junto com a adoção de uma política contorcionista do salário mínimo⁵. A questão da distribuição de renda seria trazida ao debate em 1972 com a divulgação do censo demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente a 1970, mostrando acentuada piora da distribuição durante a fase do “milagre econômico”. Isso porque, após as reformas tributárias, iniciadas em 1965, com o objetivo de promover maior eficiência e racionalização à nova fase de industrialização que o país tinha entrado, estabeleceu-se um estímulo ao capital em detrimento da população mais pobre (MATTOS, 2017).

A adoção da reforma estava em linha com o apoio das classes médias e altas – apoiadoras do golpe de 1964 – e a de empresários, os quais pressionavam por maiores incentivos à produção capitalista. Com isso, se por um lado a reforma tributária traduzia-se na melhora da arrecadação e fiscalização federal, aperfeiçoando sua estrutura burocrática ao

⁴ A renda apropriada pelos 20% da população mais pobre cai de 3,9% para 3,4%, enquanto a dos 10% mais ricos sobe de 39,6% para 46,7% (CANO, 2000, p, 187).

⁵ A Lei Salarial homologada em 1964 promoveu expressiva perda do valor do salário mínimo. Caindo 31% entre 1964 e 1967 e uma queda acumulada de 6% entre 1967 e 1974 (MATTOS, 2017, p. 171).

promover melhores controles do arcabouço fiscal e aprimoramento de impostos e isenções; por outro, promoveu uma oneração das classes mais pobres ao taxar mais o consumo, com tributos indiretos sobre bens e serviços, ao mesmo tempo que promovia o consumo de bens duráveis, favorecendo as classes médias e altas, e uma baixa tributação de impostos diretos, como renda e patrimônio. Além disso, houve também a centralização da arrecadação de recursos no âmbito federal, diminuindo a autonomia de estados e municípios na aplicação dos recursos. (MATTOS, 2017; CANO, 2000; OLIVEIRA, 2015)

Sendo assim, apesar da modernização, aumento da arrecadação⁶ e racionalização dos objetivos de incentivo ao crescimento, com incentivos fiscais a setores considerados estratégicos, a reforma tributária foi um instrumento agravador das desigualdades sociais. Ademais, a política ditatorial eliminou qualquer perspectiva da sociedade, principalmente dos trabalhadores⁷, de manifestarem seus descontentamentos e pressionarem por melhores condições salariais e empregatícias. Com esse contexto, observa-se que o ambiente para adoção de medidas sociais, visando abrandar os efeitos dos problemas de uma rápida deslocação populacional de áreas rurais para novos centros urbanos, ficou aquém por não conseguir redistribuir os ganhos econômicos para os diversos segmentos da população, mesmo com o crescimento recorde do PIB (CANO, 2002; OLIVEIRA, 2015).

Aliado a esse fator, tem-se um modelo econômico que inerentemente aumenta a concentração de renda, devido ao seu processo de acumulação via substituição de importação e uma ineficiência na promoção de serviços públicos - os quais poderiam atenuar o peso das contribuições elevadas sobre a população mais pobre, ainda que tenha evoluído consideravelmente em alguns setores, tais como: abastecimento de água, sistema educacional, transporte e saúde. Os serviços foram ofertados de forma iníqua e deficitária, especialmente os serviços de coleta de esgoto⁸ e programas para habitação⁹. E mesmo quando disponíveis, continham um caráter desigual, por exemplo, com o avanço dos serviços de saúde ofertados pela medicina previdenciária ou com o sistema educacional, trazendo altos índices de evasão e repetência, em conjunto com a predominância da rede particular no provimento deste serviço (OLIVEIRA, 2015).

⁶ O aumento da arrecadação saltou de um nível médio de 16,5%, ao final de 1964, para 26% no final da década (OLIVEIRA, 2013, p, 552).

⁷ Ainda no mesmo período, o governo promulgou uma Lei antigreve (MATTOS, 2017).

⁸ Em 1984 42% da população urbana ainda não possuía acesso a rede de esgoto;

⁹ Os programas de financiamento, devido à alta inadimplência das camadas mais baixas da população, foi reorientado para as classes médias: mais especificamente, cerca de 10% do total coube aos mutuários com rendimentos mensais de até três salários mínimos; 24% àqueles com até seis salários mínimos; e 62% aos que recebiam mais que dez salários mínimos (OLIVEIRA, 2015, p, 69).

Nota-se assim, que, mesmo com altos níveis de crescimento econômico, relativa mudança no padrão de consumo, aumento da renda per capita e avanços consideráveis na profissionalização da burocracia do estado, não foram suficientes – devido a tributação regressiva – para a promoção de um Estado de Bem-Estar social robusto. As falhas e as pressões populares, após a reabertura política, ficariam cada vez mais evidentes, resultando na promulgação da Constituição de 1988. Tal situação representa um anacronismo que demarca o debate no século XXI, pois ao ser constituída dando ênfase a um Estado Capitalista provedor de serviços públicos universais, o ambiente mundial é reorientado pela teoria do neoliberalismo, estabelecendo novos consensos ao papel do Estado e priorizando a livre circulação de capitais em um mundo globalizado (MATTOS, 2017; OLIVEIRA, 2015).

1.2 CRISE DO ESTADO: O FIM DO DESENVOLVIMENTISMO

A partir da década de 1980 se concluiu uma série de fatores desencadeados ainda na década passada. As mudanças políticas-econômicas, traduzidas no fim da adoção do modelo desenvolvimentista e na inserção por completa do país nas cadeias globais de valor (CGV), significaram uma grande ruptura com a política histórica do país iniciada em 1930¹⁰. Se estabelecia uma nova dinâmica aos fluxos de capitais e uma nova dinâmica nas posições dos países, principalmente dos subdesenvolvidos, na divisão internacional do trabalho, por seguinte, na sua forma de inserção na economia mundial. O segundo choque do preço de petróleo em 1979, acompanhando pela decisão dos Estados Unidos de aumentarem suas taxas de juros, provocou um estrangulamento na balança de pagamentos do Brasil, afetando o desempenho do II PND e corroborando para o abandono dos projetos desenvolvimentistas (CORSI, 2013).

O fim do desenvolvimentismo, assim como outros “consensos” econômicos-políticos das décadas passadas, foi precedido por uma grave crise mundial, mas, também por uma nova lógica normativa, capaz de incorporar e reorientar duradouramente políticas e comportamentos numa nova direção. No Brasil, a conclusão do processo de substituição de importação, através do II PND, trouxe importantes alterações na estrutura econômica do país. O plano visava fortalecer o parque industrial, dando maior destaque à indústria de bens de capital e ampliando as exportações de insumos básicos¹¹. Entretanto, o cenário internacional

¹⁰ Forte atuação estatal na promoção do desenvolvimento econômico. Modelo político-econômico iniciado com o primeiro governo de Getúlio Vargas.

¹¹ Indústria de bens de capital, eletrônica e agropecuária, ampliando as exportações de insumos básicos, o financiamento se daria por recursos internos e externos, com a coordenação dos projetos e os programas de investimentos pelo BNDE.

se mostraria cada vez mais adverso para captação de recursos e pela desaceleração econômica nos países desenvolvidos, pós-primeira alta dos preços de petróleo, dificultando a ampliação das exportações brasileiras (GIAMBIAGI et al, 2011; FERREIRA, 2021).

O segundo aumento dos preços do petróleo em 1979 e a decisão dos EUA de aumentarem suas taxas básicas de juros, saltando de 12,88% para 20,18%, em 1980, intensificaram a deterioração dos termos de troca, com o país passando a apresentar significativos aumentos com importação, destacadamente os gastos com combustíveis. Estes condicionantes implicaram em maiores dificuldades para o Brasil financiar suas contas externas, ao mesmo tempo que o país passaria a registrar altas taxas de inflação. A situação se agravaria drasticamente com a crise da moratória do México em 1982, interrompendo os fluxos voluntários de capital externo para a América Latina toda e, com isso, a mudança definitiva de projetos desenvolvimentistas para uma política econômica de curto prazo, focada na estabilização da inflação e contenção da saída de divisas do país (MATHIAS, 2012).

Assim, as adoções de medidas restritivas, por meio da desvalorização cambial e do aumento dos juros para conter a absorção interna, iniciada no último governo militar de Figueiredo, seriam intensificadas com o acordo do Fundo Monetário Internacional (FMI), firmado em 1983. Ao recorrer ao empréstimo internacional, o Brasil condiciona a dinâmica da dívida externa a negociações com o FMI e os órgãos internacionais. Em contrapartida, o FMI exigiria redução do déficit público, políticas fiscais e monetárias restritivas e implementação de controle dos níveis salariais. Essas medidas garantiriam a transferência de recursos para o exterior, possibilitando o pagamento da dívida¹² e caracterizaria a América Latina, em particular o Brasil, em uma posição marginal no comércio internacional (FERREIRA, 2021).

As sucessivas baixas taxas de crescimento econômico e a alta contínua da inflação, aliado ao aumento da pressão popular, principalmente pela organização dos trabalhadores, e o descontentamento dos empresários com as políticas do II PND, minariam as bases de sustentação do regime militar, permitindo o processo de abertura política. Em 1989, com a reestruturação da dívida externa, estabeleceu-se novas condições e mudanças nas regras de empréstimos e de refinanciamento das dívidas dos países latino-americanos. Tais mudanças tiveram como marco os relatórios sobre o desenvolvimento mundial, elaborados pelo Banco

¹² Essa situação se sustentaria até 1989 com o país realizando contínuas transferências de recursos para o exterior.

Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), inaugurando o que viria a se chamar de “consenso de Washington”¹³(LEME, 2016).

Sendo assim, toda trajetória político-econômica inserida dentro de um contexto regional desenvolvimentista é interrompida a favor de reformas liberais que exigiam maior abertura comercial aliada ao enxugamento da atuação estatal em todas as esferas. Assim, a partir de 1985 a região se estabelece em uma posição marginal na cadeia global de valor. Com restrições ao crédito internacional, dívida externa elevada e uma inflação descontrolada, as reformas implementadas acabariam por deteriorar ainda mais os termos de trocas dos países da região. Com o estabelecimento da crise, há a certeza da fragilidade da economia latino-americana e a confirmação do contínuo problema de dependência que a região possui perante aos Estados Unidos, o qual nem mesmo com o processo de industrialização, até então, tinha conseguido solucionar. (CANO, 2017; MEDEIROS, 2016).

Além desses fatores econômicos nacionais, é necessário entender a posição que os Estados Unidos exercem ao longo desta época. Após a Segunda Guerra Mundial, o país uniu esforços para a reconstrução da Europa e da economia Japonesa, ambas regiões de extrema importância estratégica para a contenção da “ameaça comunista”, representada pela URSS, China e Coreia do Norte. Com a reconstrução econômica de ambas regiões, os EUA se encontram em uma difícil posição, além do aumento de suas dívidas causada pelo financiamento de sua expansão geopolítica e ajuda aos aliados, o país passou a possuir fortes concorrentes no mercado mundial, exemplificado pelo crescimento econômico japonês da época. É a partir desse panorama que o país decidiu aumentar suas taxas de juros, atraindo os investidores internacionais e impactando diretamente a América Latina, pois considerável parte do crescimento da região se dava com base no financiamento externo (CANO, 2017).

Essa conjuntura, assim como o fim do sistema de Bretton Woods em 1971¹⁴, que permitiu o dólar se tornar a moeda fiduciária, fazia parte da estratégia dos EUA de retomarem

¹³ A base central das mudanças consistia em recomendar reformas do Estado orientadas para o mercado e mudança do modelo de gestão da administração pública, de burocracia para gerencial. O economista John Williamson nomearia como “consenso de Washington” – políticas econômicas promovidas por órgãos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o próprio Departamento de Tesouro dos Estados Unidos. Esses órgãos analisavam a crise dos países latino-americanos como sendo resultado do excessivo crescimento do Estado e pelo populismo econômico ao não conseguir controlar os déficits fiscais e pressões da própria população por maiores benefícios sociais (LEME, 2016, p.47).

¹⁴ Termo para se referenciar ao conjunto de regulamentos e acordos feitos pós Segunda Guerra Mundial. O sistema foi formulado a partir das concepções de John Maynard Keynes, representante do EUA e Dexter White, representante da Inglaterra (BELLUZZO,2016).

sua hegemonia, agora, com a centralidade no sistema financeiro americano. Essas estratégias se enquadram na nova fase do capitalismo, marcado pelo surgimento de expressivos movimentos especulativos e maior alastramento das empresas transnacionais que, até o momento, se concentravam nos mercados entre EUA, Alemanha e Japão. Por isso, podemos entender como o “consenso de Washington” era tão importante e foi tão estimulado pelos países centrais. As medidas de estabilização econômica desenvolvidas ao longo das décadas de 1970 e 1980, tinham como finalidade a reestruturação das economias periféricas com o objetivo de prepará-las e inseri-las na nova ordem global – uma economia aberta era imprescindível para os avanços dos fluxos de capitais, agora, orientados por empresas transnacionais (BASTOS e SALLES, 2013; MEDEIROS, 2019; CANO, 2017).

2. A GRANDE VIRADA: ECONOMIA LIVRE, ESTADO FORTE

A expansão dos fluxos de capitais, a introdução de taxas flutuantes de câmbio, o aumento dos retornos financeiros internacionais e do comércio exterior, privilegiaram o surgimento de empresas transnacionais que buscam expandir suas fronteiras de obtenção de lucro. Essa nova dinâmica financeira do capital exige, como vimos acima, a reestruturação de economias nacionais orientadas para o mercado. Assim, as políticas que antes visavam a regulação e coordenação predominante do Estado na economia, não teriam mais espaço. A ofensiva contra o Estado, canalizar-se-ia na eleição de Ronald Reagan e Margaret Thatcher e se expandiu para praticamente todos os países ocidentais, diminuindo ainda mais a margem de manobra dos países frente às especulações do capital, ancorado nas políticas neoliberais que eram prescritas (DARDOT e LAVAL, 2016).

Essa nova dinâmica da economia internacional será entendida como a “grande virada”, para autores como Pierre Dardot e Christian Laval, a crítica social se alterou ao ponto de culpabilizar o Estado como o grande responsável pela desigualdade, falta de emprego e crescimento, enxergando a livre circulação de capital como a solução universal para esses problemas. As novas responsabilidades e parâmetros da atuação estatal, assim, se resumiriam na promoção da ruptura dos monopólios públicos, privatizações, desregulamentação dos movimentos do capital internacional, redução das seguridades sociais e abertura comercial. Esse processo resultaria na condenação do Brasil e, em geral, da América Latina a mera posição de produtora de commodities com baixo valor agregado. (BRESSER PEREIRA, 1991; CANO, 2000).

A formulação e orientação das instituições multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial, FMI e os países do G7 em favor das políticas neoliberais, devem ser compreendidas para além de uma reorientação econômica. A

ordem político-ideológica neoliberal se constituiu como uma racionalidade natural e inexorável das sociedades – Estados, organizações, instituições e a própria população seriam modeladas à base dessa autarcia. O neoliberalismo, formado a partir do Colóquio Walter Lippmann, em 1938, reprogramaria o liberalismo ao fazer o Estado e toda sociedade adotar os princípios de mercado. Com a liberdade e a moral sendo condutoras das atuações estatais e pessoais, qualquer prática social, coletivista, traria desordem ao funcionamento “natural” da sociedade (BROWN, 2020).

Assim, a nova ordem daria sustentação e ampliaria o fenômeno da financeirização do capital, frente ao modelo acumulativo produtivista, pois privilegia a liberdade dos atores privados em um ambiente que fica marcado pela concorrência como regra universal. Esse ambiente adverso às limitações impostas pelo Estado, ampliação da seguridade social e coordenação política, estabelece novas normas como a redução do custo da mão de obra, eliminação dos amparos sociais e da regulação financeira, que tem como objetivo o aumento dos rendimentos do capital, aliado à livre circulação de investimentos e seus lucros. Com a formulação teórica-social, os países passaram a concorrer no cenário internacional, indiscriminadamente, para atrair capital e estabilizar suas balanças comerciais e os níveis de inflação, eliminando qualquer política baseada na cooperação. (DARDOT e LAVAL, 2016).

Em termos econômicos, uma das principais consequências desse período de liberalização econômica na América Latina será justamente a queda da participação da região nas exportações mundiais, caindo de 5,5% em 1980 para 3,9% em 1990. Assim como ao aumento da desigualdade entre as nações, com a renda per capita dos países latinos valendo 18% da dos países desenvolvidos em 1980, caindo para 13% em 1996. Isso é explicado pela liberalização econômica que ocorreu com maior intensidade nos países periféricos sem a contrapartida de abertura do mercado pelos países desenvolvidos. Um dos exemplos é a manutenção da restrição a produtos primários vindos dos países latinos de entrarem no mercado estadunidense.

Resumindo, os EUA livraram-se de seu principal rival (a URSS), ganhavam cerca de dez anos de tempo cronológico para resgatar parte de seu descompasso tecnológico e produtivo, e acabavam com a “festa industrializante” da periferia. A bem da verdade, a política de reestruturação norte-americana foi feita à custa neoliberalismo dos demais países, com importações artificialmente barateadas pela valorização do dólar e parte substancial de seus déficits comercial e fiscal por eles financiadas (CANO, 2000, p. 26).

A nova ordem mundial assim imposta traz grandes desafios ao mundo, mas em especial aos países subdesenvolvidos. Marcados em sua maioria por anos de exploração colonial, dependência econômica e menor grau de soberania; as reformas intensificaram os conflitos sociais-regionais, agravado com a financeirização do capital que produz uma maior

concentração de renda e expansão da lógica concorrencial em todos os níveis da esfera social, colocando as populações em situações de extrema vulnerabilidade com seus Estados orientados apenas para a garantia da livre circulação do capital, das regras jurídicas, monetárias e comportamentais, incentivadas às lógicas de mercado em nível individual.

Em uma palavra, só há “grande virada” mediante a implantação geral de uma nova lógica normativa, capaz de incorporar e reorientar duradouramente políticas e comportamentos numa nova direção. Andrew Gamble resumiu esse novo rumo na frase: “Economia livre, Estado forte”. A expressão tem o mérito de destacar o fato de que não estamos lidando com uma simples retirada do Estado, mas com um reengajamento político do Estado sobre novas bases, novos métodos e novos objetivos (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 190).

A inserção da América Latina no século XXI é um reflexo de toda história da região frente ao avanço do imperialismo norte-americano. Dado o fim do período colonial, a região se encontrou mais uma vez em uma posição vulnerável perante a expansão da economia estadunidense. Ao contrário das épocas passadas, em que as relações de explorações eram muito mais claras e diretas, na contemporaneidade essas relações se expressam através de uma interdependência muito mais complexa e sutil quanto a exploração da região por parte de outros Estados-nações. Esses intercâmbios econômicos e sociais, como expostos acima, foram estabelecidos a partir de uma deterioração dos termos de trocas comerciais, enquadradas em um sistema formal criado para a conservação do poder hegemônico das potências desenvolvidas, em especial dos Estados Unidos.

Dessa maneira, analisar a inserção/papel da América Latina no sistema internacional se torna ainda mais desafiador. As reformas implementadas e promovidas oficializaram o estabelecimento do Capitalismo como o único sistema econômico possível em todo o mundo. Com a dissolução da URSS e o fortalecimento da hegemonia dos Estados Unidos, as dificuldades dos países periféricos, em particular os da América Latina, em buscar ganhos para além da órbita estadunidense, se mostra quase impossível de suplantar. Apesar desse cenário, o crescimento da economia chinesa pode representar uma nova oportunidade além do modelo capitalista-meritocrático promovido pelos Estados Unidos. O capitalismo político, modelo representado pela organização político-econômica chinesa, pode oferecer às economias latino-americanas a chance de reverem o papel do estado como promotor do desenvolvimento, similar ao que ocorria até os anos 80 (MILANOVIC, 2020).

Pode-se concluir que a partir da década de 1980 com o estrangulamento causado pela dívida externa e o incompleto processo de industrialização por substituição, a região se enquadra em uma difícil posição de superação do subdesenvolvimento – superação que para Furtado (1974) já se apresentava como mito por justamente reforçar o imaginário de que seria possível para países periféricos superar a pobreza adotando certas medidas econômicas. Ao

mesmo tempo, o surgimento da nova racionalidade neoliberal mundial intensificou as dificuldades da região, pois a mesma não tinha sequer uma classe burguesa com identidade nacional.

A progressiva penetração de capitais estadunidenses acenava com uma via para aprofundar a industrialização alternativa à democratização social e à regionalização da substituição de importações, elidindo a problemática da estagnação, enquanto a cumplicidade das classes dominantes com os regimes instaurados colocava em xeque a noção de uma burguesia nacional que instrumentalizasse o Estado para um projeto de nação (SANTOS, P. 17. 2016).

No Brasil, o ideário neoliberal seria estabelecido com completude a partir de 1990, no governo de Fernando Collor de Mello, representando o primeiro presidente eleito diretamente, após um hiato de quase trinta anos. Seguindo a nova ordem mundial, o governo promoveria a abertura comercial e financeira, traduzidas na Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), regulando a atuação do Estado, privilegiando o capital privado e destacando a concorrência como motor de transformações sociais e econômicas, como mostrados nas citações:

Dedicado exclusivamente às suas funções básicas e recuperada sua capacidade de poupar, o Estado deixará de absorver o esforço de poupança nacional, abrindo espaço para que o capital privado exerça plenamente seu papel de principal agente do processo produtivo.¹⁵

A participação crescente do setor privado como produtor de bens e serviços básicos (energia, transporte, portos, armazenagem, siderurgia de planos, petroquímica, fertilizantes, telecomunicações e outros) reduzirá a responsabilidade do setor público enquanto produtor nessas atividades e redefinirá o ambiente econômico em que operam as grandes companhias estatais.¹⁶

Apesar do programa almejar a modernização e ampliação da indústria e comércio, avançando para setores mais estratégicos e dinâmicos de maior conteúdo tecnológico, o que se observou foi um retrocesso da substituição de importações na indústria e uma especialização em setores que já possuía vantagens absolutas, como o setor exportador de commodities. Além disso, uma parte considerável dos investimentos externos trazidos ao país seria canalizado para o setor financeiro e de serviços. Assim como, registrar-se-ia uma maior penetração do coeficiente de importações em setores, que até então, durante a década de 80, foram preservados. Características que irão definir a modalidade de inserção do país na divisão internacional do trabalho (MEDEIROS, 2016).

A adesão ao projeto neoliberal continuaria nos governos de Itamar Franco e nos dois governos seguintes de Fernando Henrique Cardoso. As agendas de privatização e desregulamentação do setor financeiro seriam intensificadas, sob a égide do discurso de ajuste

¹⁵ Portaria MEFP nº 365, de 1990 (DOU. 27 de junho de 1990)

¹⁶ Idem.

fiscal, focando na estabilização da inflação e enxugamento dos gastos públicos em diversos setores. Essas práticas seriam reforçadas após o acordo com o FMI, em 1998, diante do agravamento da crise russa. De modo geral, a economia brasileira seria integrada aos mercados financeiros internacionais e aberta comercialmente, antes que o setor industrial se tornasse competitivo. Assim, com os termos de troca se deteriorando, restaria ao país financiar os seus déficits comerciais com atração de capital externo, acomodando a política monetária e cambial para sustentarem tal dinâmica – a qual persistirá nos governos seguintes (ARAÚJO e GENTIL, 2021).

2.1 O VALOR DO TRABALHO

O processo de globalização, iniciado com o advento das revoluções tecnológicas de comunicação e transporte do final do século XXI e início de XX, promoveria um desgaste político e social, não apenas nos países periféricos recém inseridos no sistema internacional, como no próprio centro do capitalismo mundial. A consequência da liberalização dos mercados, restrição de investimentos públicos e a redução do papel do Estado, emergiram na recessão econômica de 2007-2009 e desde então se faz presente na dificuldade de os países voltarem a crescer em um ritmo satisfatório e menos desigual. A pandemia do novo coronavírus somou-se ao conjunto de fatores que a política econômica ortodoxa e neoliberal não conseguem solucionar com base em seus próprios princípios, ao contrário, passou a ser cada vez mais questionável e criticada por não construir um desenvolvimento sustentável capaz de atenuar a emergência global e a desigualdade.

A política econômica que passou a ser adotada por todos os países endividados e com grandes curvas inflacionária nas décadas entre 1970-80, basearam-se na austeridade fiscal para atingir um equilíbrio orçamentário a fim de gerar superávits que atenuaram o crescimento das curvas de juros e, por assim, da inflação. Essa política pavimentou o caminho para a circulação do capital ao pressionar as demandas da classe trabalhadora (limitação de salário e direitos trabalhistas), ao mesmo tempo que o mercado intensificou a busca por novos espaços de valorização do capital, seja produtivo, financeiro ou comercial, e para isso a rentabilidade deveria circular livremente. À ofensiva contra o Estado de bem-estar social representou a última linha de defesa da classe trabalhadora, a qual foi ultrapassada perante a consolidação do neoliberalismo.

Diante da desarticulação do modo fordista de produção e do sistema fabril, com a criação de cadeias globais fragmentadas e o uso da crise da dívida externa para impor reformas estruturais aos países do Terceiro Mundo, o debate sobre desenvolvimento foi perdendo espaço, junto com a redução do poder de barganha da classe trabalhadora e o

aumento desenfreado da obtenção de lucros por parte das grandes empresas globais¹⁷, as quais retroalimentam a manutenção de ganhos superiores dos países do norte. Assim, a inserção internacional do Brasil e de tantos outros países do Terceiro Mundo se caracteriza pela subordinação e dependência perante aos países ricos, os quais continuamente implementam políticas para manterem a situação desigual e desfavorável aos países recém industrializados e/ou recém descolonizados.

Apesar das dificuldades e do curto avanço industrial, o Brasil conseguiu experienciar a construção de uma classe trabalhadora combativa que, em meados de 1980, conseguiu produzir lideranças políticas que foram determinantes na consolidação de maiores garantias trabalhistas e do avanço da cidadania. Entretanto, esses avanços foram permitidos àqueles que possuíam vínculos trabalhistas, que logo se enfraqueceriam diante das transformações do mercado de trabalho. A ampliação da divisão da produção de bens e serviços, conquistado com o avanço da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), produziria uma economia de serviços com exacerbada queda da participação da indústria, acompanhado do crescimento dos setores extrativista e agropecuário¹⁸, atendendo uma lógica comercial favorável aos países desenvolvidos, os quais permanecem na liderança do desenvolvimento tecnológico e atividades inovadoras.

Essa dinâmica atenderia a lógica das grandes empresas internacionais e dos empresários exportadores brasileiros, ao passo da deterioração das condições sociais da classe trabalhadora. A crença na redução de impostos sobre o capital e as camadas mais ricas, acreditando na elevação dos níveis de investimentos, ofuscou o debate sobre a desigualdade social e como o papel do Estado é fundamental para promover uma sociedade minimamente mais justa, até mesmo no molde capitalista de concorrência. Essa conjuntura hostil ao trabalhador inauguraria a derrocada da classe trabalhadora como peso relevante na disputa contra os interesses econômicos mais variados. A desarticulação de movimentos sociais e sindicatos, a dificuldade de organização da classe trabalhadora devido a informalidade e precariedades dos empregos, pesarão na dificuldade da reindustrialização articulada com as urgências ambientais.

¹⁷As quais retroalimentam a manutenção de ganhos superiores dos países do norte

¹⁸Segundo MARQUETTI et al (2023, p. 310) entre 1980 e 2020, a indústria foi a que menos cresceu: aquela taxa foi de 0,94% ao ano; ao passo que a da agropecuária cresceu à taxa de 3,13% a.a. e os serviços em 2,27% ao ano. Considerando o interregno entre 2010 e 2020, a taxa de crescimento industrial foi negativa (-1,06% a.a.), enquanto a taxa de crescimento do setor agropecuário foi de 2,83% a.a., e do setor de serviços ficou em 0,47% ao ano.

Como lembra Samir Amin (2018, p. 24), “planejar a associação entre indústria e agricultura por meio de uma política consistentemente não liberal” indicaria uma alternativa contra a globalização individualista que aumenta seu peso negativo conforme a manutenção da hegemonia global. Apenas o desenvolvimento dinamizador da expansão e acúmulo do capital não alterará a padronização global que marginaliza países e comunidades. A ideia subjacente é que, ao promover uma parceria estratégica entre esses setores, é possível criar uma economia mais diversificada e resistente, reduzindo a dependência de um setor econômico ou de commodities específicas. Este impasse passa pela constante disputa política que deve ser feita visando o fortalecimento da classe que produz o valor do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, como observamos, os países do Terceiro Mundo/ subdesenvolvidos, até a década de 1970, tiveram maiores oportunidades para impulsionarem seus modelos de desenvolvimento tendo o Estado como principal guia do processo. A estratégia governamental para alavancar o crescimento econômico era aceita e utilizada por muitos países. Entretanto, essa conjuntura mudará e por motivos adversos, mas o principal reside da necessidade de reconstrução da maior potência econômica do mundo, Estados Unidos. Ao favorecer as grandes companhias internacionais em sua empreitada na abertura de novos mercados, os Estados nacionais ficariam imobilizados diante do avanço do capital estrangeiro e dos novos consensos econômicos que pregavam por maiores privatizações e desregulação do mercado de capitais.

Com a “retirada” do Estado na promoção das garantias dos direitos sociais e da valorização real do valor do trabalho, a expectativa de crescimento econômico recaiu sobre o corte de gastos de investimentos do Estado e da desregulamentação econômica, favorecendo as classes mais ricas e o capital estrangeiro. A estratégia adotada pelo governo brasileiro na busca por ampliar seu parque industrial e a produção de bens duráveis, intermediários, promoveu grandes avanços. Porém, o acúmulo da produção do capital se concentraria em pequenos setores da sociedade, aumentando a desigualdade social e inviabilizando os ganhos do modelo econômico ao restante da população, a qual a partir da década de 1990, viria a sofrer com os cortes dos gastos sociais e a precarização do trabalho.

A experiência do período da ditadura militar seria determinante para o sufocamento da classe trabalhadora brasileira, visto que os movimentos sociais e sindicatos sofreram demasiadamente para alcançarem direitos e melhorias mínimas, mesmo em um período de crescimento econômico. Essa contradição ganharia novos aspectos com a proclamação da Constituição de 1988 ao garantir um estado de bem-estar social diante da virada promovida

pelo neoliberalismo. Dessa maneira, o Brasil completaria sua inserção ao sistema internacional de forma ambivalente, com a carta magna exigindo um modelo de Estado completamente diferente ao que se desenhava com o fim das políticas desenvolvimentista e a estagnação nos baixos setores da cadeia global de valor.

Em vista disso, faz-se necessário a busca por um outro modelo de desenvolvimento econômico, um que atente as necessidades dos países subdesenvolvidos, que impeça a monetização da existência da vida e que concilie o modo de produção com as urgências ambientais. A redefinição do Estado no caminho da valorização do trabalhador e não na financeirização da econômica, a qual sempre atendera os interesses mais diversos possíveis, mas não daqueles que mais perdem com a desregulamentação e austeridade econômica. Tal estratégia se mostra essencial para que haja um equilíbrio na balança de correlação de forças entre as classes.

REFERÊNCIAS

- AMIN, S. Globalização e sua alternativa: uma entrevista com Samir Amin. *Cardemos Políticas* no.1Tricontinental, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/globalizacao-e-sua-alternativa>.
- ARAUJO, V. L. de.; MATTOS, F. A. M. de. (org). *A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações*. São Paulo: Hucitec, 2021. p. 313-332.
- ARAUJO, V. L. de.; GENTIL, D. L. O Segundo governo do FHC: Consolidação e crise do projeto Neoliberal, In: ARAUJO, V. L. de.; MATTOS, F. A. M. de. (org). *A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações*. São Paulo: Hucitec, 2021. p. 424-445.
- BASTOS, C. P. M.; D’AVILA, J.G. O debate do desenvolvimento na tradição heterodoxa brasileira. *Revista Contemporânea, UFRJ*, vol. 13, nº2, maio-ago., 2009.
- BASTOS, C. P. M.; OLIVEIRA, B. R. Políticas Econômicas, Teorias e Contextos Sociais, In: ARAUJO, V. L. de.; MATTOS, F. A. M. de. (org). *A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações*. São Paulo: Hucitec, 2021. p. 313-332.
- BASTOS, C. P.; BRITO, G. Introdução à Economia do Subdesenvolvimento: Elementos fundamentais das teorias clássicas do desenvolvimento. *Revista Eletrônica Gestão & Sociedade*. v.14, n.38, p. 3632-3671 |Maio /Agosto– 2020.
- BASTOS, C. P.; SALLES, E. Adeus capitalismo dependente. Olá neo-primário exportador? *Estudos Internacionais: Revista De relações Internacionais da PUC Minas*, vol. 1, nº2, 2013, pp. 241-270.
- BELLUZZO, L. G. de M. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. *Economia e Sociedade*, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 11–20, 2016.
- BERTOLA, L.; OCAMPO, J. A. *Desenvolvimento, vicissitudes e desigualdade: uma história econômica da América Latina desde a Independência*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- BERTONCELO, E. R. E. Revisando os Estudos do Desenvolvimentismo. *BIB*, São Paulo, nº 71, 2011, pp. 95-122.

- BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?. *Pesquisa e Planejamento Econômico* 21(1), abril 1991: 3-23. Aula Magna no XVIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC, Brasília, 4 de dezembro 1990. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Brasília, 21 (1). p, 3-23. 1991
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019.
- BRUHN, N. C. P et al. Política Industrial, crecimiento económico e inserción internacional: comparación de países seleccionados. *Revista de la CEPAL* n° 135, diciembre de 2021.
- BRUHN, N.C. P.; CALEGARIO, C. L. L.; BORGES, M. S. Política industrial, crecimiento económico e inserción internacional: comparación de países seleccionados. *Revista de la CEPAL*. n° 135, 2021.
- CANO, W. *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo. UNESP, 2000.
- _____. *Brasil – construção e desconstrução do desenvolvimento*. *Economia e Sociedade*, Campinas, SP, v. 26, n. 2, p. 265–302, 2017.
- CORSI, F. L. As estratégias de desenvolvimento na América Latina e as transformações na economia mundial (1930-2008). *Brazilian Journal of International Relations*, v. 2, n. 2, p. 272-299, 2013.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FERREIRA, L. da S. A política econômica do governo Geisel: do II PND ao endividamento externo. In: ARAUJO, V. L. de.; MATTOS, F. A. M. de. (org). *A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações*. São Paulo: Hucitec, 2021. p. 313-332.
- Filgueiras, L. *Neoliberalismo e crise na América Latina: o caso do Brasil*. En publicación: neoliberalismo e crise na América Latina: o caso do Brasil. Buenos Aires: CLACSO, 2003.
- Filgueiras, L. *O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico*. En publicación: *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- FONSECA, P. C. D. *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*. Ipea, 2015.
- FONSECA, P. C. D; IVAN, C. S. O Sentido Histórico do Desenvolvimentismo e sua atualidade. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro. N 16, B 29, p 1-20. 2017.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- GIAMBIAGI, F et al. *Economia Brasileira Contemporânea 1945-2021*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- HIRATUKA, C.; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 37, n.º1 (146), jan-mar., 2017, pp. 189-207.
- LEME, A. A. Crise e reformas no Brasil: trajetória em prol das reformas orientadas para o mercado nos anos 1990. *Revista Sinais Sociais*. Rio de Janeiro, v.10, n°30, janeiro-abril, 2016, pp, 36-68.
- MATTOS, F. A. M. O Debate sobre Distribuição de Renda ao Longo do Processo de Desenvolvimento Econômico do Brasil. *Revista da ABET*, v. 16, n. 1, janeiro- junho de 2017.
- MATHIAS, M. O desenvolvimento sob impacto das reformas na América Latina: o legado dos anos 1990. *Novos Rumos, Marília*, v. 49, n. 2, p. 121-134, Jul.-Dez., 2012.

- MEDEIROS, C. A.; TREBAT, N. The failures of neoliberalism in Brazil. *Journal of Economic Issues*, v. LV, n. 2, p. 408-415, Jun. 2021.
- MEDEIROS, C. A; SARTI, F. A internacionalização da produção e os desafios ao desenvolvimento econômico. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 26, p. 259-276, jan.-jun. 2020.
- MEDERIEOS, C. A. Instituições, e desenvolvimento econômico: uma nota crítica ao “nacionalismo metodológico”. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 3 (40), pp. 637-645, dez. 2010.
- _____. Desenvolvimento econômico, heterogeneidade estrutural e distribuição de renda no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 169-174, jul./dez. 2004.
- _____. Auge e declínio dos estados desenvolvimentistas. *Novos desafios. Parcerias Estratégicas*. Brasília, v. 15, n. 30, Jan-Jun, 2010, pp. 159-176.
- _____. Brasil – Construção e desconstrução do desenvolvimento. *Economia e Sociedade*, v.26, n.2 (60), pp. 265-302, ago. 2017.
- _____. Política Industrial e Divisão Internacional de Trabalho. *Revista de Economia Política*. Brasil. v.39, nº1 (154), p. 71-87. 2019.
- _____. (1997) “Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e América Latina” in *Poder e dinheiro, uma economia política da globalização*, Maria da Conceição Tavares e José Luiz Fiori (orgs.), ed. Vozes, Petrópolis, RJ.
- MEIRE, M. (2022). O desenvolvimento sob impacto das reformas na América Latina: o legado dos anos 1990. *Revista Novos Rumos*, Marília, v. 49, n. 2, Jul.-Dez, 2012, pp. 121-134.
- MILANOVIC, B. *Capitalismo sem rivais: O futuro do sistema que domina o mundo*. – 1. Ed. São Paulo: Todavia, 2020.
- OLIVEIRA, B. R. B.G. **Desenvolvimento Econômico e Provisão de Bens e Serviços Públicos: Consideração Teóricas e Evidencia Histórica**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2015. Bibliografia: f. 101-107.
- OLIVEIRA, F.A. Tributação e fisco no Brasil: avanços e retrocessos entre 1964 e 2010. In: CARDOSOS JR.J. C.; BERCOVICI, G. (orgs). *República, democracia e desenvolvimento: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo*. Brasília: Ipea, 2013.
- SANTOS, Fabio Barbosa dos. *Sobre o Lugar da América Latina no Brasil do século XXI, e vice-versa*. Buenos Aires. Editora: CLACSO. 2016.
- SARTI, F.; MEDEIROS, C. A. de. Soberania, desenvolvimento e sociedade. *Economia e Sociedade*, Campinas, SP, v. 30, n. esp., p. 595–617,2021.
- SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Política Industrial e Desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, vol. 26, nº 2 (102), abril-junho, 2006, pp. 163-185.